

PGR-00471481/2026

ATA DE REUNIÃO

TEMA: Ata da 512ª Reunião Ordinária da 6ªCCR

DATA: 15/10/2026

HORÁRIO: 10h00

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Eliana Peres Torelly de Carvalho, Ana Borges Coelho Santos, Luciano Mariz Maia, Denise Nicolaidis, Kamilla Leite, Roberta Amanajás, Rodrigo Coimbra, Cecília Macedo.

ASSUNTOS TRATADOS

1. [ATA ASSPLAN/6A.CAM - PGR-00458331/2026](#) - Em reunião realizada com os novos titulares dos Ofícios de Administração com atuação coordenada, vinculados à 6ª CCR, foram tratados vários assuntos, conforme a ata, dentre eles:

i) a possibilidade de ajuizamento de ações estruturais amplas, que digam respeito a políticas públicas, com a participação do procurador natural, a fim de preservar a independência funcional do Ministério Público. A questão reside na obrigatoriedade de autorização prévia do CSMPF para a assinatura conjunta.

Deliberação: o Colegiado da 6ª CCR entendeu que não há possibilidade de atuação isolada do titular do Ofício de Administração, ou seja, sem a concordância do procurador natural. Deliberou pela necessidade de consulta ao CSMPF, o que deverá ocorrer na primeira situação concreta que for apresentada à 6ª CCR. Em algumas temáticas, os titulares dos Ofícios de Administração podem identificar as situações em que as lides estruturantes se façam necessárias, assim como o procurador natural para o caso em questão, e solicitar o apoio da 6ª CCR.

ii) a continuidade dos sete Grupos de Trabalhos (GTs) que tratam de temas correspondentes aos Ofícios. A Dra. Eliana destacou a relevância da coexistência entre os GTs e os Ofícios, sugerindo que a coordenação dos GTs passe a ser exercida pelos membros titulares dos Ofícios de Administração, nas seguintes correspondências:

Grupos de Trabalho	Ofícios de Administração
Comunidades Tradicionais	Povos e Comunidades Tradicionais
Demarcação	Demarcação de Terras Indígenas
Educação Indígena	Educação Indígena
Quilombos	Comunidades Quilombolas
Saúde Indígena	Saúde Indígena
Prevenção de Atrocidades contra povos Indígenas e Formas de Reparação	Prevenção de Atrocidades contra povos Indígenas e Formas de Reparação
Gestão Territorial e Autossustentabilidade	Gestão Territorial e Sustentabilidade Indígena

Deliberação: O colegiado da 6ª CCR deliberou pela obrigatoriedade de os titulares dos sete **Ofícios de Administração** acima integrarem os GTs com temática correspondente, conforme já acordado com eles em reunião realizada com a Coordenadora da 6ª CCR. Os membros de cada GT decidirão sobre a coordenação, se recairá sobre o titular do **Ofício de Administração** ou se continuará como está. Enviar ofício-circular aos coordenadores dos GTs e aos titulares dos **Ofícios de Administração** em questão.

2. [ATA ASSPLAN/6A.CAM - PGR-00467320/2026](#) - Deliberações do Encontro Nacional da 6ª CCR - Territórios de Resistência: Regularização Fundiária, Proteção Territorial e os Desafios Jurídicos frente à Mineração (30 de setembro e 1º de outubro de 2026)

❖ **Mesa 1 – Segurança Pública e Proteção Territorial em TI e em Comunidades Tradicionais**

Proposta: Envio da proposta de Protocolo de Procedimento Operacional do Departamento de Conciliação e Mediação de Conflito do Ministério dos Povos Indígenas (DEMED/MPI) sobre a atuação da polícia civil e povos indígenas, por ofício circular desta 6ª CCR, para os representantes da 6ª CCR para conhecimento, análise e aperfeiçoamento e sugestão de apresentação às Secretarias de Segurança Públicas dos Estados.

Deliberação: Enviar a minuta de Protocolo de Procedimento Operacional do Departamento de Conciliação e Mediação de Conflito do Ministério dos Povos Indígenas (DEMED/MPI) aos representantes da 6ª CCR nos estados e municípios, para que apresentem sugestões de modo a permitir que a 6ª CCR possa estruturar uma proposta, que será reenviada aos membros para adoção em suas áreas de atuação.

Demais observações feitas:

- Articular com o MJSP a implementação pela Polícia Federal da proposta de Protocolo de Procedimento Operacional do DEMED/MPI.

Deliberação: Encaminhar a minuta de Protocolo de Procedimento Operacional do Departamento de Conciliação e Mediação de Conflito do Ministério dos Povos Indígenas (DEMED/MPI) ao **Ofício** Segurança Pública e Proteção Territorial, para que o titular promova a análise do material e a articulação proposta.

- Interlocução com as 2ª CCR e 7ª CCR.

Deliberação: Encaminhar para que o titular do **Ofício** Segurança Pública e Proteção Territorial inclua na análise acima a interlocução proposta.

- Sugestão de criação de ofícios criminais especializados na temática da 6ª CCR.

Deliberação: Avaliar, preliminarmente, o quadro existente **(a partir das estatísticas)** antes da apresentação de proposta formal pela 6ª CCR.

- Compartilhamento do Índice de Vulnerabilidade de Territórios Indígenas ao Crime Organizado, organizado pelo MJSP, e dos estudos realizados pelo Instituto Igarapé com os representantes da 6ª CCR.

Deliberação: Obter o Índice de Vulnerabilidade de Territórios Indígenas ao Crime Organizado, assim como os estudos realizados pelo Instituto Igarapé, citados no Encontro da 6ª CCR, e enviá-los **aos membros do Colegiado** e aos representantes da 6ª CCR.

- Sensibilização dos membros que atuam em ofícios criminais acerca das especificidades dos povos indígenas, quilombolas e PCTs.

Deliberação: Agendar reunião da coordenadora da 6ª CCR com a coordenadora da 2ª CCR.

- Expedição de ofício circular sobre a necessidade de perícia antropológica nos processos criminais em que indígenas figuram como réus (Resoluções CNJ e CNMP).

Deliberação: O assunto será tratado na reunião com a coordenadora da 2ª CCR.

❖ **Mesa 2 – Demarcação de TI**

Proposta: Enunciado

Deliberação: Aguardar a proposta que será encaminhada pela Dra Analucia Hartmann.

Demais observações feitas:

- Compartilhamento de nota técnica sobre a Lei 14.701/2023 e as recentes decisões do STF que trata da demarcação de terras Indígenas a ser elaborada pelo Ofício Demarcação de TI.

Deliberação: Oficiar à coordenadora do GT Demarcação e ao titular do Ofício de Administração - Demarcação de TI, para solicitar a elaboração da Nota Técnica.

- Atuar para prevenção da criminalização das retomadas indígenas.

Deliberação: Encaminhar a demanda à coordenadora do GT e ao titular do Ofício de Administração - Demarcação de TI para sugestões nesse sentido.

❖ **Mesa 3 – Regularização de Território PCT**

Proposta: Reforço da Plataforma de Territórios Tradicionais. Solicitar ao GT Comunidades Tradicionais a elaboração de Manual de Atuação contendo sugestões e exemplos sobre como regularizar territórios tradicionais.

Deliberação: Oficiar aos gestores da Plataforma de Territórios Tradicionais para solicitar o envio de uma proposta para o seu reforço, assim como solicitar ao GT Comunidades Tradicionais a elaboração de Manual de Atuação.

- Compartilhar com os representantes da 6ª CCR as notas técnicas sobre Posse Tradicional elaboradas pelo PTV.

Deliberação: A 6ª CCR irá compartilhar.

❖ **Mesa 4 – Atuação do MPF frente aos impactos da mineração em territórios indígenas e tradicionais**

Proposta: Realizar duas reuniões técnicas, sendo uma sobre mineração e a outra sobre sustentabilidade e o conceito de interesse público.

Deliberação: Oficiar à Dra Fabiana Schneider, titular do Ofício de Administração - Mineração em TI e TT, para que proponha à 6ª CCR o formato das reuniões, as datas e os convidados.

3. ([ATA - PGR-00423800/2026](#)) - Trata-se da ata de coordenação ([PGR-00423800/2026](#)) da 511ª Reunião Ordinária desta 6ªCCR, realizada em 22/09/2026, em que o Colegiado deliberou por retirar o item de pauta, para realização de ajustes na redação do texto do enunciado. O Enunciado foi debatido na Reunião Ordinária n. 511 e, antes de ser retirado de pauta, foi apontado pelo Colegiado desta 6ª CCR que: a) é necessário manter a comunicação para a Câmara; b) a 1ª CCR teve um enunciado similar e foi revogado; c) considerar expressamente as hipóteses de interposição de recurso do art. 3º da Resolução CNMP nº 174; d) retirar as

hipóteses de declínio de atribuição do enunciado. Considerando os debates da 511ª Reunião Ordinária, as normas institucionais e precedentes desta 6ª CCR, a Assessoria Jurídica ([PGR-00423800/2026](#)) sugeriu a seguinte redação:

Nos arquivamentos de Notícia de Fato (NF) e Procedimento Administrativo (PA) promovidos com fundamento nas hipóteses previstas nos arts. 4º e 5º (NF) e no art. 8º, incisos I, II, IV e VI c/c art. 12 (PA) da Resolução CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017, os autos não deverão ser remetidos à 6ª CCR para homologação, devendo o arquivamento ser procedido diretamente no órgão de execução de origem, com comunicação à 6ª CCR. Nas hipóteses de interposição de recurso ou quando o membro oficiante julgar indispensável a apreciação do caso, deve-se registrar a providência no Sistema Único, cientificar o interessado e encaminhar os autos à 6ª CCR.

Deliberação: Foi aprovado pelo Colegiado o ENUNCIADO 6CCR Nº 52:

Nos arquivamentos de Notícia de Fato (NF) e Procedimento Administrativo (PA) promovidos com fundamento nas hipóteses previstas nos arts. 4º e 5º (NF) e no art. 8º, incisos I, II, IV e VI c/c art. 12 (PA) da Resolução CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017, **feita a devida cientificação**, os autos não deverão ser remetidos à 6ª CCR para homologação, devendo o arquivamento ser procedido diretamente no órgão de execução de origem, com comunicação à 6ª CCR. Nas hipóteses de interposição de recurso ou quando o membro oficiante julgar indispensável a apreciação do caso, deve-se registrar a providência no Sistema Único, cientificar o interessado e encaminhar os autos à 6ª CCR.

4. Próxima Reunião Ordinária.

Deliberação: 5 de novembro de 2026, às 10h15, híbrida.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00471481/2026 ATA**

Signatário(a): **ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO**

Data e Hora: **15/10/2026 17:34:09**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LUCIANO MARIZ MAIA**

Data e Hora: **15/10/2026 17:42:25**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ANA BORGES COELHO SANTOS**

Data e Hora: **15/10/2026 18:50:53**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 24a1e93e.8a5daa38.e18e3ed6.a6410e21